

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.863, DE 2003 (Apenso: PL 3.406, de 2004)

Altera dispositivos da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências

Autor: Deputado CARLOS NADER

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame visa a alterar a redação de um artigo da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, destinado a alterar a redação do artigo 3º da Lei nº 7.968, de 28 de dezembro de 1989.

A rigor, embora vise a dar nova redação ao citado artigo, o texto do sugerido no projeto não traz mudanças significativas no conteúdo do artigo.

A destacar, apenas, que no **caput** inclui-se o advérbio “preferencialmente” ao referir-se às provas materiais apresentadas para fins de justificação administrativa. Outro ponto é a fixação de prazo para julgamento da ação declaratória.

Está apensado o PL nº 3.406/04, do Sr. Eduardo Valverde. Dirige alteração ao artigo 1º da Lei nº 7.986, de 1989, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Modifique-se a Lei 9.711, de 20 de novembro de 1998 no seguintes itens:

O Art. 21. Que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21. O artigo 1º da Lei 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É assegurado aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto lei 5. 813, de 14 de setembro de 1943, que tenham trabalhado durante a Segunda Guerra Mundial nos seringais da Região Amazônica, amparados pelo Decreto Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1.946, e que não possuam meios para a sua subsistência e da família, o pagamento da pensão mensal vitalícia correspondente ao valor de 2 (dois) salários mínimos vigente no País, bem como gratificação de natal (13º salário).”

Visa também, a acrescentar um artigo à citada Lei nº 7.986, renumerando-se o atual 22, que passaria a ter a seguinte redação:

“Acrescente-se o seguinte artigo, renumerando o artigo 22 e seguintes:

Art. 22 - O artigo 3º da Lei 7.986, citada no artigo 21, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude o artigo anterior far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência, por todos os meios de prova admitidos em direito, inclusive a justificação administrativa ou judicial.”

A Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou o principal e aprovou o apenso com Substitutivo.

Neste, a Lei nº 7.986 seria acrescida de dois artigos, com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A e 2º-B:

“Art. 2º-A. Aos beneficiários da pensão mensal vitalícia é devido abono anual, a ser calculado da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, tendo por base a renda mensal do benefício no mês de dezembro de cada ano.

Art. 2º-B. O Tesouro Nacional colocará à disposição da Previdência Social, à conta das dotações consignadas no Orçamento da União, os recursos necessários ao pagamento da pensão mensal vitalícia e do abono anual, em cotas mensais, de acordo com a programação financeira da União.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não tendo sido apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é de competência da União e não está sujeita a reserva de iniciativa.

Como dito no relatório, o projeto principal não traz modificação significativa ao texto legal.

O acréscimo do advérbio “preferencialmente” é criticável, pois, além de não ter trazido modificação real ao dispositivo, há que se cuidar do fato de advérbios como esse, em sede de redação normativa, costumarem ser inócuos.

A fixação de prazo para o julgamento de ação declaratória parece-me inconstitucional, já que, se as leis processuais civis devem ser promulgadas de modo a atender igualmente todos os postulantes, atribuir prazo a determinadas ações movidas por determinados autores é desconsiderar o princípio de isonomia inscrito no texto constitucional.

Além disto, no projeto poder-se-ia ter escolhido como alvo a própria Lei nº 7.968, e não a Lei nº 9.711 – que dirige alteração àquela.

O PL 3.406/04, apensado, modifica também a Lei nº 9.711 quando este dirige alteração ao artigo 21 da Lei nº 7.986 de tal forma que seu artigo 1º passa a vigorar acrescido de menção ao décimo-terceiro salário.

Além disto, o projeto visa a incluir um novo artigo 22 (renumerando-se os seguintes) prevendo que a comprovação da prestação de serviço como seringueiros durante a Segunda Guerra Mundial far-se-á ao Ministério da Previdência por todos os meios de prova, inclusive a justificação administrativa ou judicial.

Nada há a criticar no acréscimo relativo ao décimo-terceiro salário, mas deve ser revista a menção ao cálculo da pensão em salários-mínimos por inconstitucionalidade.

Quanto ao novo artigo, preliminarmente não se pode operar a renumeração dos dispositivos legais – como dispõe – legislação complementar sobre redação normativa. Há outros senões, como redigir “Decreto Lei”, que merecem reparos.

Quanto à admissão de todas as provas admitidas em direito, entendo não haver razão para que nesta Comissão mereça crítica negativa quanto aos aspectos a examinar.

A Comissão de Seguridade Social e Família apresentou Substitutivo ao PL nº 3.406/04, em que dois artigos são acrescentados à Lei nº 7.986. Tratam de concessão de abono anual (a ser calculado da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores) e do aporte de recursos orçamentários necessários ao pagamento de pensão mensal vitalícia e do abono anual.

Nada há a criticar no substitutivo da CSSF.

Pelo exposto, opino pela inconstitucionalidade do PL nº 1.863/03, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo adotado na CSSF e, na forma do substitutivo em anexo, do Projeto de Lei nº 3.406/04.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.863, DE 2003 **(Apensado o PL nº 3.406/04)** **SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PL 3.406, DE 2004**

Altera dispositivos da Lei n.º 7.986,
de 28 de dezembro de 1989

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É assegurado aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto-lei nº 5. 813, de 14 de setembro de 1943, que tenham trabalhado durante a Segunda Guerra Mundial nos seringais da Região Amazônica, amparados pelo Decreto Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1.946, e que não possuam meios para a sua subsistência e da família, o pagamento da pensão mensal vitalícia correspondente a R\$600,00 (seiscentos reais), e de gratificação de natal (NR)”.

Art. 2º. O artigo 3º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. A comprovação da efetiva prestação de serviços de que trata esta Lei far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência, por todos os meios de prova admitidos em direito. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator